



José Nery (C) e Magno Malta (D) debateram adoção de crianças haitianas com especialistas e o embaixador do Haiti no Brasil (3º à dir.)

Senadores vão ao Haiti para avaliar situação de órfãos

O Congresso vai enviar uma comissão ao Haiti para analisar as condições em que estão vivendo as crianças haitianas, órfãs

desde o terremoto de janeiro. A decisão foi tomada durante debate sobre adoção desses órfãos por brasileiros. **8**

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVI – Nº 3.207 – Brasília, quinta-feira, 8 de abril de 2010

Limite ao corte de água e luz em casa de baixa renda

Projeto de Antônio Carlos Valadares aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça estabelece regras que valem também para casas de saúde, escolas, presídios e centros de internação de menores

A notificação do corte de serviços públicos com pelo menos 30 dias de antecedência e o detalhamento ao consumidor do valor do débito são determinados pelo projeto votado ontem. Valadares

disse que apresentou a proposta motivado por notícias sobre cortes nos serviços de água, energia e telefonia em santas casas de Misericórdia, estabelecimentos que dão prioridade ao atendimento de pacientes carentes. **3**

Crianças lavam as mãos em escola pública de Curitiba: projeto aprovado em decisão terminativa busca preservar a manutenção mínima das atividades realizadas e a saúde das pessoas

Aposentadorias podem ter reajuste de 7,17%

Lideranças partidárias e centrais sindicais fecharam acordo que garante

aumento de aposentadorias e pensões acima de um salário mínimo. **2**



Lideranças partidárias discutem acordo para poder votar o projeto na Câmara e assegurar reajuste dos benefícios

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h de ontem serão publicados na edição do **Jornal do Senado** de amanhã, 9 de abril.

Debate expõe disputa por frequência da banda larga

Operadoras de telefonia celular e de TV por assinatura cobram

na CCT definição da Anatel sobre banda larga no Brasil. **6**

Projeto facilita tramitação de operações de crédito

Acordo entre líderes partidários permitiu que o Plenário aprovasse ontem proposta que vai facilitar a aprovação de projetos de operações de crédito solicitadas pela União, estados e municípios. **5**

Dedução de despesas com dependentes de até 32 anos

Projeto aprovado pela CAS ontem permite que os gastos com dependentes sejam deduzidos do Imposto de Renda até os 28 anos, ou mesmo até os 32 anos, se estiver cursando faculdade ou curso técnico. **4**

Maior rigor no pagamento de serviços públicos **7**

CAS debate na terça-feira fundo social do pré-sal **7**

Aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo podem ter aumento equivalente à variação da inflação mais 80% do crescimento do PIB do ano anterior



Governistas e representantes de aposentados reúnem-se e chegam a um consenso que será levado ao Executivo e à Câmara

Fechado acordo para o reajuste de aposentadorias

REPRESENTANTES DO GOVERNO no Congresso, parlamentares integrantes de frentes em defesa dos aposentados e membros de centrais sindicais chegaram ontem a um acordo que pode garantir aos aposentados e pensionistas que ganham acima de um salário mínimo reajuste equivalente à variação da inflação mais 80% do crescimento do produto interno bruto (PIB) do ano anterior.

Pelo acordo, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), se comprometeu a mobilizar o Executivo e a bancada do governo na Câmara para

garantir a elevação do reajuste de 6,14% das aposentadorias e pensões – já encaminhado ao governo por meio da Medida Provisória 475/09 – para 7,71%. O governo já trabalha com um reajuste de 7%.

A MP 475/09 também determina que, a partir do próximo ano, os benefícios sejam reajustados com base em 50% da variação do PIB mais a inflação do período. Os aposentados, porém, exigiam um reajuste baseado em 100% da variação do PIB, nos termos da emenda apresentada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) ao PL 1/07, que

tramita na Câmara.

O acordo elevou o percentual para 80% do PIB, retroativo a 1º de janeiro. Emenda nesse sentido pode ser apresentada à MP 474/09, que reajustou o salário mínimo para R\$ 510 e pode ser votada pela Câmara na próxima semana.

– O Senado tem posição fechada e tranquila: 80% [da variação do PIB] retroativo a 1º de janeiro. Atende ao interesse dos milhões de aposentados, de todas as centrais e dos sindicatos. Acredito que, aqui no Senado, a votação será por unanimidade – disse o senador Paulo Paim.

Geovani Borges elogia eficácia do Luz para Todos

Geovani Borges (PMDB-AP) cumprimentou ontem o governo federal por ter cumprido antecipadamente as metas do programa Luz para Todos.

Segundo o senador, a universalização do abastecimento de energia elétrica no país, estimada para 2016, deve ocorrer em 2012.

– O Luz para Todos é o caminho efetivo para que o restante do Brasil entre no século 21. Ao levar luz elétrica aos rincões mais distantes, está levando junto, e por causa dela, o desenvolvimento econômico e social – disse o parlamentar.

Paim prevê que idosos serão a maior força política do país

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que, em 15 ou 20 anos, os idosos serão a maior força política do país, pois hoje a opinião de homens e mulheres acima de 60 anos têm grande repercussão dentro da família.

– E se nós somos hoje em torno de 30 milhões de pessoas – e a expectativa é de que seremos mais de 45 milhões daqui a dez anos –, isso demonstra que, se um idoso influenciar sobre dois votos somente, nós teremos aí 100 milhões de votos ao alcance da população – calculou.

Paim disse que apresentou o cálculo para que a Câmara dos Deputados tenha a sensibilidade

de para votar a proposta de recomposição das aposentadorias e pensões em 80%, com efeito retroativo a janeiro.

A proposta deve ser votada até a próxima semana. Ele informou que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) garantiu apoio à reivindicação dos aposentados, representados pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap).

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse, em aparte, que não deixará de obstruir as votações no Senado enquanto a matéria não for votada na Câmara.

Papaléo apoia piso salarial para PMs e bombeiros

Diante de representantes de policiais militares e bombeiros que estiveram no Plenário ontem, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 300/08, que institui um piso salarial para essas categorias, em tramitação na Câmara dos Deputados.

– É justo que os senhores e as senhoras tenham um salário digno – afirmou ele ao se dirigir aos presentes, acrescentando que “é um pecado, por exemplo, policiais arriscarem suas vidas por salários de 800 reais”.



Papaléo Paes

PEC de Marisa Serrano cria salário mínimo na saúde

Marisa Serrano (PSDB-MS) anunciou ontem – Dia Mundial da Saúde – que apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC 5/10) que institui o piso salarial nacional para os profissionais da saúde que atuam no serviço público. A PEC tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A parlamentar afirmou que não se pode comemorar conquistas ilusórias da economia sem que se avance na saúde e na educação.

– A falta de prioridade à saúde é um desperdício à vida – afirmou Marisa Serrano.



Marisa Serrano

Valadares: Conae é premissa para Plano Nacional de Educação

Os senadores devem levar em conta os consensos obtidos na Conferência Nacional de Educação (Conae), encerrada no dia 1º deste mês, ao examinarem o Plano Nacional de Educação (PNE) 2010-2020, defendeu ontem o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

– Não veremos avançar o panorama da educação no Brasil se não garantirmos que os acordos e consensos construídos na conferência incidam diretamente

na elaboração de políticas públicas, pela forte legitimidade que possuem – afirmou.

Valadares salientou que as propostas foram debatidas na Conae por 2.500 delegados e “cerca de 1 milhão de vezes foram ouvidas” em suas deliberações finais.

O senador assinalou que um dos principais problemas da educação no país é o fato de 14 milhões de brasileiros permanecerem analfabetos.

Rosalba defende licença de seis meses para todas as trabalhadoras

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu ontem a licença-maternidade de seis meses para todas as trabalhadoras brasileiras. Atualmente, apenas as trabalhadoras das empresas que aderem ao programa Empresa Cidadã, da Receita Federal, contam, desde janeiro, com a licença estendida em mais 60 dias. A adesão ao programa permite que o empregador abata do Imposto de Renda os dois meses adicionais.

– Não é justo que só as trabalhadoras dessas empresas tenham o benefício. Pesquisa feita nos Estados Unidos mostrou que, para cada dólar investido em prevenção de doenças, o país tem um ganho de 17 outros dólares pela redução de gastos com futuros tratamentos de saúde. Está mais do que comprovado que a amamentação reduz as doenças comuns às crianças, especialmente doenças respiratórias – argumenta a senadora.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta continua trancada por MP

14h A pauta está trancada pela medida provisória (MP 473/09) que abre crédito aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Educação; da Saúde; dos Transportes; e da Integração Nacional.

Presidência Sarney recebe governador de Minas

16h O presidente do Senado, José Sarney, dirige, às 10h, reunião da Mesa diretora. Às 11h30, recebe o governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia. À tarde, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CDH Plano Nacional de Direitos Humanos 3

10h O ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo de Tarso Vannuchi, participa de reunião conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; Relações Exteriores e Defesa Nacional; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Constituição, Justiça e Cidadania; e Agricultura e Reforma Agrária. Em debate, o Decreto 7.037/09, que cria o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.

CI Saneamento básico e Petro-Sal na pauta

8h30 A comissão examina quatro anteprojotos que tratam do estabelecimento de um marco regulatório para o saneamento básico. Também na pauta, projeto que institui a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. (Petro-Sal).

CMA Código de Defesa do Consumidor

9h A comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle debate os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor. Entre os convidados, o diretor-executivo do Procon de São Paulo, Roberto Pfeiffer; o técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Bernardo Medeiros; e o assessor técnico da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) Evandro Zuliani.

CPI das ONGs Pedidos de novos depoimentos

11h A comissão parlamentar de inquérito que investiga as organizações não governamentais reúne-se para examinar requerimentos. Os senadores também elegem o vice-presidente da CPI.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Em locais como hospitais, escolas, presídios e centros de internação, a suspensão do fornecimento de serviços públicos por falta de pagamento deverá ser precedida de aviso prévio mínimo de 30 dias e seguir outras regras

CCJ limita possibilidade de corte de água e luz em casas de baixa renda

O CORTE POR falta de pagamento no fornecimento de energia elétrica, água e outros serviços públicos para moradias de baixa renda, casas de saúde, escolas, presídios e centros de internação de menores deverá seguir regras que preservem a manutenção mínima das atividades realizadas e a saúde das pessoas. É o que prevê projeto de lei (PLS 178/08) de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pela proposta, se tornam obrigatórios a notificação do corte do serviço com pelo menos 30 dias de antecedência e o detalhamento ao consumidor do valor do débito.

No parecer favorável ao PLS 178/08, com emenda, o relator, Romero Jucá (PMDB-RR), reafirmou a proibição de registro da inadimplência em cadastros de devedores. Para ele, os cadastros de inadimplentes desempenham papel fundamental na proteção



Demostenes Torres, Jarbas Vasconcelos e Tasso Jereissati, na reunião de ontem: decisão da CCJ foi terminativa

ao crédito, elemento que considera de grande importância para o desenvolvimento da economia do país.

Valadares resolveu apresentar a proposta motivado por notícias sobre cortes nos serviços de água, energia e telefonia

em santas casas de Misericórdia, estabelecimentos que dão prioridade ao atendimento de pacientes carentes. Essa situação de inadimplência teria sido causada, inclusive, por atraso no repasse de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS).

“O princípio da solidariedade exige que as empresas concessionárias, efetivamente e sem o marketing da mera propaganda de consciência social, cumpram com parcela de uma função social que todos nós temos”, justificou Valadares no projeto.

José Cruz

Cartórios informarão óbitos à Segurança Pública

Os cartórios poderão ser obrigados a informar o registro de óbito à secretaria de Segurança Pública do estado que emitiu a identidade do morto. A exigência é estabelecida em projeto de lei da Câmara (PLC 26/08) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que segue ao exame do Plenário. A proposta só desobriga os cartórios de

notificação nos casos em que as mortes decorrerem de acidentes em rodovias ou homicídios, já que elas requerem a ação da polícia, que faz o registro.

O texto determinava a comunicação do óbito também à Receita Federal. No entanto, a relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), considerou que a Lei 8.212/91, sobre a organização da Seguridade Social, já obriga os cartó-

rios de registro civil a comunicarem os óbitos ao INSS.

“Já existe norma disciplinando o tema em questão, especialmente após a unificação das receitas Previdenciária e Federal”, ressaltou Lúcia Vânia, para quem o projeto vai ajudar a evitar a “continuidade do pagamento indevido de proventos de aposentadoria e pensões após a morte do beneficiário”.



Lúcia Vânia avalia que medida poderá evitar, entre outras fraudes, o recebimento indevido de aposentadorias e pensões

José Cruz



Projeto de Valadares corrige lapso na legislação que facilitou o divórcio

Separação pode ser mudada para divórcio no cartório

A separação consensual poderá ser convertida em divórcio com apenas um acordo formalizado pelos cônjuges em cartório, e não mais por decisão judicial, prevê projeto aprovado ontem em decisão terminativa pela CCJ. A proposta (PLS 95/07), do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), altera o Código de Processo Civil (CPC).

Segundo explicou o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), a legislação já permite que os procedimentos de separação e divórcio sejam feitos em cartório, desde que haja acordo entre as partes. No entanto, a lei em vigor ainda não prevê a conversão administrativa da separação consensual em divórcio, que ainda precisa ser feita por via judicial.

Já Valadares lembrou que a Lei 11.441/07 foi responsável por abrir a possibilidade de separação e divórcio consensuais em cartório, mas, por um lapso, não estendeu essa permissão para a conversão da separação consensual em divórcio. Hoje, isso só é possível quando o casal não tem filhos menores ou incapazes.

Apropriação de gorjeta pelo empregador deve se tornar crime



Proposta de Crivella estabelece detenção de um a quatro anos

A apropriação pelo empregador da gorjeta concedida ao trabalhador pelo cliente poderá se tornar crime punível com pena de um a quatro anos de reclusão e multa. Proposta nesse sentido foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto (PLS 471/09) inclui a punição no artigo 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que prevê as gorjetas como parte da remuneração do empregado, para todos os efeitos legais. A pena será a do artigo 168 do Código Penal, que prevê detenção de um a quatro anos para quem “apropriar-se de

coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção”.

Segundo Crivella, há inúmeros processos ajuizados por garçons que são obrigados a aceitar acordos desvantajosos.

– O apossamento desse valor importa em dupla infração, haja vista que, a par de o empregador apropriar-se indevidamente do que foi destinado ao seu empregado, ainda integra-o ao seu patrimônio sem recolher os tributos devidos.

Emenda do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), determina que o empregador deverá devolver a gorjeta ao empregado em até 48 horas, com acréscimo de 50% do valor devido a cada dois dias.

– Essa medida vai deixar claro que a gorjeta é do garçom que recebeu diretamente o dinheiro, disse Simon durante a discussão da matéria.

A matéria segue para votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Magistrados

A Comissão de Justiça aprovou também a realização de audiência pública para discutir proposta de emenda à Constituição (PEC 48/09) de autoria de Valter Pereira (PMDB-MS) que prevê o direito a férias anuais, individuais e coletivas, dos magistrados e membros do Ministério Público.



Geacchi/Vegada

Acordo foi fechado com governo federal, diz Fátima Cleide

Fátima celebra acordo para servidores de RO

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) destacou a aprovação, em reunião no Ministério do Planejamento, da minuta da regulamentação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que transfere para a folha da União os servidores estaduais, em razão da criação daquele estado.

A PEC 87/2003, da própria senadora, determina a transposição dos servidores estaduais para um quadro da União em extinção.

A minuta elaborada no Ministério do Planejamento – e que ainda será analisada pela Casa Civil da Presidência – contempla os servidores de Rondônia no período de 1981 a 1991, incluindo os dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de Rondônia.



Geacchi/Vegada

Senador cita construção de hidrelétricas, pontes e rodovia

Valdir Raupp destaca obras federais em RO

Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou os investimentos que vêm sendo feitos pelo governo federal em Rondônia, entre eles a construção das usinas hidrelétricas do rio Madeira, obra orçada em mais de R\$ 20 bilhões e responsável pela geração de 20 mil empregos diretos e 30 mil indiretos, segundo ele.

O senador afirmou que o setor da construção civil está acelerado em Rondônia e que já falta cimento na capital do estado, apesar da inauguração recente de uma fábrica da Votorantim, que já abastece 30% da demanda local.

Valdir Raupp também destacou outras obras do governo federal no estado, como a construção de uma ponte ligando Rondônia ao Amazonas, além da reestruturação da BR-364 e a construção da BR-429, entre outras.

Projeto estabelece que despesas com dependentes de até 32 anos podem ser deduzidas do Imposto de Renda. Decisão final no Senado caberá à CAE

Idade do dependente para dedução do IR é aumentada

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto (PLS 145/08) que aumenta de 21 para 28 anos a idade dos dependentes cujas despesas podem ser deduzidas do Imposto de Renda.

A proposta também estabelece que as deduções no IR podem continuar até os 32 anos, caso o dependente ainda esteja estudando em faculdade ou escola técnica de ensino médio.

O autor do projeto, senador

Neuto de Conto (PMDB-SC), afirma que atualmente a idade de dependência dos filhos não termina mais logo após os 20 anos, mas ao redor dos 30 anos.

Uma das razões para esse fenômeno é a maior exigência em relação à qualificação dos trabalhadores, que os obriga a ampliar sua vida acadêmica e, portanto, a retardar seu ingresso no mercado de trabalho, argumenta o senador.

“Isso afeta a renda disponível

do responsável, que é o fato gerador do Imposto de Renda”, acrescenta Neuto de Conto.

Em seu relatório, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) defende a aprovação da proposta – que altera o artigo 35 da Lei 9.250/95.

O projeto ainda terá de ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). Se for aprovado na CAE, onde receberá decisão definitiva, o texto deverá ser enviado à Câmara dos Deputados.



Macedo/Lume

Rosalba Ciarlini preside a reunião em que a Comissão de Assuntos Sociais aprovou mudança na legislação do IR

Garantia-Safra pode ser estendida ao Centro-Oeste

O benefício Garantia-Safra, um seguro monetário oferecido aos pequenos produtores nordestinos em casos de perda ou redução na safra agrícola geradas por seca ou excesso de chuvas, deve ser também estendido para a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco). É o que prevê projeto (PLS 547/09) aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), com parecer favorável do relator, senador Gilberto Goellner (DEM-MT).

A autora da proposta, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), argumenta que o Centro-Oeste deve também ser atendido por políticas de redução das desigualdades socioeconômicas, já que ainda apresenta desenvolvimento irregular.

Segundo Marisa, essa política vem ajudando os pequenos produtores rurais nordestinos e poderá ser igualmente útil para reduzir a pobreza e fortalecer a agricultura familiar no Centro-Oeste. Numa região ou na outra, destacou a senadora, essas pessoas “vivem do seu trabalho duro” e, em momentos de catástrofe, são arrastadas para situação de total “penúria”, o que é “incompatível” com o

sistema de proteção social que deve prevalecer no Brasil.

Parceria

Para sacar o Garantia-Safra, o agricultor tem que aderir ao programa gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com estados e municípios, que formam um fundo solidário para bancar o seguro. O agricultor paga uma taxa, estipulada em R\$ 6 para a safra 2009/2010. Em caso de perda do plantio, o valor pago ao beneficiário será de R\$ 600. São contempladas as culturas de arroz, milho, feijão, algodão e mandioca, sem irrigação.

Projeto limita compra de terras na Amazônia por estrangeiros

Estrangeiros não poderão ter posse ou propriedade de mais de 1.500 hectares de terras na Amazônia e nas faixas de fronteira, nas regiões Norte e Centro-Oeste, conforme projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLC 302/09 proíbe a posse, a propriedade ou qualquer direito real sobre imóvel rural com área superior a 15 módulos fiscais (1.500 hectares) para as pessoas físicas residentes ou domiciliadas no país há menos de dez anos e para as pessoas jurídicas domiciliadas ou instaladas no país há menos de dez anos. Um módulo fiscal varia de tamanho, mas na Amazônia ele tem 100 hectares.

O projeto, do deputado Nilson Mourão (PT-AC) e do ex-

deputado José Dirceu, permite que os proprietários dos imóveis possam expandir essas áreas, após dez anos no país, desde que laudo emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e ratificado pelo Conselho de Defesa Nacional cumpra sua função social.

Fronteira

O texto proíbe ainda que pessoas físicas e jurídicas estrangeiras com menos de dez anos no país adquiram a posse, a propriedade ou qualquer direito real sobre imóvel rural em toda a faixa de fronteira com os países limítrofes às regiões Norte e Centro-Oeste.

Em seu voto favorável, o



Geacchi/Vegada

Estrangeiros se aproveitam das leis brasileiras, diz o relator, ACM Júnior

relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), apoiou o maior rigor no controle da posse e propriedade de imóveis rurais por estrangeiros.

– Eles se aproveitam da permissividade da atual legislação sobre o tema para concentrar em suas mãos gigantescas glebas de terra, muitas vezes pirateando impunemente a biodiversidade do nosso país – afirmou.

Alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal passa na CCJ

Mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foram aprovadas pela CCJ, ontem, para incentivar investimentos em infraestrutura e modernizar as administrações públicas.

As modificações propostas no projeto (PLS 243/09 - Complementar) buscam ampliar a capacidade de a empresa estatal que não dependa do Tesouro prestar garantia a suas subsidiárias e a empresas controladas por ela.

Segundo o autor, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o texto visa evitar interpretações que têm dificultado o apoio financeiro para investimentos, especialmente em infraestrutura, realizados mediante empreendimentos conjuntos de empresas públicas e privadas.

– O objetivo é deixar claro que uma empresa estatal não dependente pode prestar garantia plena para empresa que controle, evitando-se a interpretação de que empresa estatal não dependente só possa prestar garantia proporcional a suas controladas ou subsidiárias – explicou Jereissati.

Comissão aprova mudança na Lei de Crimes Ambientais

Servidores públicos que concederem licença, autorização ou permissão ambiental para obras ou serviços só serão punidos se ficar provado que tinham conhecimento de fraude ou irregularidade envolvendo esses procedimentos. A mudança na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) está prevista no PLS 180/09, proposto pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e aprovado ontem pela CCJ.

Modificado por substitutivo da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), o PLS 180/09 estabelece que, se comprovada a prática de crime doloso (com intenção) contra o meio ambiente, o servidor público estará sujeito a pena de detenção de um a três anos, mais multa.

Segundo a senadora, a “generalidade e a imprecisão” da Lei de Crimes Ambientais têm aberto espaço para que o Ministério Público interprete como crimes desvios propiciados por atos de boa-fé desses servidores. Pressionados pelo rigor da lei, eles estariam agindo de forma extremamente conservadora na análise de autorizações ou permissões frente ao risco de serem processados criminalmente.



Geacchi/Vegada

Kátia Abreu: servidor que concede licença ambiental vive amedrontado

Gim Argello relata Orçamento e Tião Viana fica com LDO

A liderança do governo no Senado indicou o senador Gim Argello (PTB-DF) para a relatoria-geral do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2011, informou a Agência Câmara. O relator deverá negociar detalhes do Orçamento com o governo eleito em outubro deste ano.

Gim Argello foi confirmado no posto pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), que também confirmou o senador Tião Viana (PT-AC) na relatoria do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A comissão ainda vai designar um deputado como relator das receitas para 2011.

A indicação de Argello chegou a ser questionada pelo PSDB durante a reunião da comissão realizada ontem. O deputado

Bruno Araújo (PE) alegou que a Resolução 1/06, que disciplina os trabalhos da comissão, impede que um parlamentar ocupe mais de uma relatoria das propostas orçamentárias durante a legislatura. Argello foi relator setorial em 2008.

O presidente da comissão decidiu a favor de Argello, alegando que a proibição é apenas para o mesmo cargo. Ou seja, Argello não poderia ser relator setorial novamente, mas não há impedimento para ocupar outra relatoria.

A CMO também aprovou convite para que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, explique o contingenciamento de R\$ 21,8 bilhões do Orçamento de 2010, anunciado em março. Os parlamentares querem saber o impacto do corte sobre as emendas parlamentares.



Questionado pelo PSDB, Waldemir Moka (E) decide em favor de Gim Argello

Indicados para STJ e STM serão avaliados na próxima quarta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve realizar, na próxima quarta-feira, a sabatina de dois novos indicados pelo presidente da República para compor os quadros de tribunais superiores. Um deles é o desembargador cearense Raul Araújo Filho, designado para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em vaga aberta pela aposentadoria de Paulo Benjamin Fragoso Gallotti. O segundo é o procurador Artur Vidigal de Oliveira, indicado ao Superior Tribunal Militar (STM) para o lugar de Flávio Flores da Cunha Bierrenbach.

Na reunião de ontem, a comissão deu início ao exame das indicações. Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou informações relativas a Raul Araújo Filho, que integrou sua equipe como procurador-geral do Ceará quando o hoje senador governou o estado pela última

vez, até 2002.

Já o exame da documentação apresentada por Artur Vidigal de Oliveira foi feito por Romeu Tuma (PTB-SP).

Raul Araújo Filho integrou o Ministério Público do seu estado até 1989, quando passou, depois de concurso, aos quadros da Procuradoria do Estado do Ceará. Em 2007, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça estadual.

O procurador federal Artur Vidigal de Oliveira ocupa funções de consultor junto à Advocacia Geral da União. Entre 2003 e 2005, atuou como consultor jurídico e chefe de gabinete no Ministério da Defesa.

Ele nasceu em Brasília e se formou em Direito pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal. Também foi membro titular e presidente do Conselho de Ética do Ministério da Defesa.

Projeto aprovado ontem torna mais fácil a tramitação de propostas de empréstimos da União, estados e municípios que não dependam de autorização específica do Senado



Arthur Virgílio e Romero Jucá: oposição e governo dialogam



Mão Santa e José Sarney na Mesa: quorum foi mínimo

Plenário facilita a votação de operações de crédito

ACORDO ENTRE LÍDERES permitiu a aprovação ontem do Projeto de Resolução 11/10, que facilita a tramitação de operações de crédito da União, estados, Distrito Federal e municípios não sujeitas a autorização específica do Senado. A proposta havia sido votada na véspera, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor da matéria, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), explicou que o texto flexibiliza a duração dos financiamentos e torna os prazos para análise de limites e condições das operações compatíveis com a Lei Complementar 101/00. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse que estados e municípios terão mais facilidades para tratar com a Secretaria do Tesouro Nacional.

A pauta do Plenário continua trancada pela Medida Provisória 473/09, que abre crédito extraordinário em favor de vários mi-

nistérios. No entanto, projetos de resolução podem ser votados mesmo com a pauta obstruída, conforme explicou o presidente do Senado, José Sarney.

O projeto recebeu 39 votos favoráveis e uma abstenção. O quorum para deliberação (41 senadores) só foi atingido depois de computada a presença do presidente da sessão, José Sarney, que, no entanto, não vota.

Aposentados

O pedido de verificação foi feito pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) com apoio de outros parlamentares. Embora não seja contrário ao projeto, ele decidiu pedir verificação de quorum em todas as matérias em votação no Senado, até que a Câmara vote a medida provisória que trata do reajuste de aposentadorias. Vários senadores também cobraram a votação da matéria na Câmara.

Projeto pune laboratório que não denunciar foto pornográfica

Punir o proprietário, o responsável ou o funcionário de laboratório fotográfico que não informar as autoridades sobre imagens pornográficas que envolvam crianças ou adolescentes. Esse é o objetivo do PLS 213/05, aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e que segue agora ao exame do Plenário.

A pena prevista para essa



Sérgio Zambiasi

omissão varia de seis meses a dois anos de prisão. Segundo o autor, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o objetivo da medida é "criar um dever de agir cuja inobservância implica a responsabilidade criminal".

Para a relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), "a pornografia infantil é uma das atividades criminosas que mais crescem no mundo" e precisa ser combatida.

Novo CPC prioriza celeridade, diz ministro Luiz Fux

O presidente da comissão que elabora proposta do novo Código de Processo Civil, ministro Luiz Fux (STJ), voltou a garantir ontem, em debate na CCJ, que o texto priorizará a rapidez no trâmite de processos judiciais.

– O ideário da comissão passou a ser a celeridade, com a manutenção das garantias processuais constitucionais, do devido processo legal, da ampla defesa, do respeito ao contraditório e, acima de tudo, do respeito à igualdade de todos perante a Justiça – disse Fux.

Concorrência desleal tem pena quadruplicada

A ampliação da pena para os crimes de concorrência desleal – de três meses a um ano para de um a quatro anos, além de multa – foi aprovada ontem pela CCJ, em decisão terminativa.

Do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o projeto (PLS 171/09), que altera a lei que regula os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial (Lei 9.279/96), determina que o juiz poderá ainda optar pela aplicação da pena de "prestação pecuniária" (pagamento em dinheiro à vítima), conforme o dano causado.

"PAC é nota promissória a ser paga pelo próximo governo"

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou o governo, em discurso na terça-feira, por lançar o PAC 2 sem ter concluído o PAC 1. Ele chamou o PAC 1 de propaganda enganosa e o PAC 2 de nota promissória a ser paga pelo próximo governo.

– O governo faz o impensável: lança um novo programa sem chegar perto da conclusão do primeiro. Deixa apenas promessas.

O senador disse que, do total de 12.163 empreendimentos previstos para 2007, somente 11,3% foram concluídos, sendo que metade das obras sequer foram iniciadas. No Pará, segundo ele, das 553 obras previstas, somente 50 foram concluídas.



Flexa Ribeiro

Ficha Limpa: Alvaro protesta contra adiamento da votação

Alvaro Dias (PSDB-PR) protestou ontem contra o que chamou de "manobra protelatória" da base governista na Câmara dos Deputados, que adiou para maio a votação do projeto de lei, de iniciativa popular, que impede a candidatura de políticos que tenham sido condenados em processos judiciais. O projeto é conhecido como Ficha Limpa.

Alvaro também solicitou que fosse adicionado aos Anais do Senado o editorial da Folha de S. Paulo intitulado "Chega de saudade", que classifica como um erro da pré-candidata Dilma Rousseff a insistência na comparação entre os governos Lula e Fernando Henrique.



Alvaro Dias

Virgílio defende prorrogação de incentivos à Zona Franca

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), fez um apelo para que seja votada ainda neste semestre a proposta de emenda à Constituição (PEC 17/08), de sua autoria, que trata da prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em julho de 2009 e aguarda, desde então, sua inclusão na ordem do dia do Plenário.

Virgílio afirmou que os incentivos fiscais, mais que um reconhecimento pela excelência dos produtos da Zona Franca, são uma forma de assegurar competitividade a regiões que precisam se desenvolver e ter assegurado seu caráter estratégico.

– A região Norte, como se sabe, é a mais pobre do país. O polo industrial em muito contribui para a alteração desse cenário – disse.

Em audiência pública realizada no Senado, representante da agência reguladora diz que governo federal ainda não decidiu sobre destino às faixas de frequência cobiçadas pelas gigantes do setor de telecomunicações



Roberto Cavalcanti (E) ressaltou, no debate proposto por ACM Júnior (segundo à direita, acima), que a questão da banda larga é tão importante quanto a do pré-sal

Operadoras de celular e de TV por assinatura disputam nova frequência

EM DEBATE NA Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) Jarbas Valente garantiu que não há ainda decisão sobre a mudança de destinação das faixas de frequência de 2.500 a 2.690 megahertz (MHz) e que o assunto é motivo de consulta pública.

“Há a Consulta Pública 31/09 e é por meio dela que a Anatel está recolhendo elementos de análise para definir o futuro das telecomunicações no Brasil”,

disse o conselheiro.

Depois de ouvir os argumentos dos representantes das empresas de telefonia móvel e de TV por assinatura, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou que o tema é tão fundamental para o Brasil quanto o pré-sal.

– Há em curso o que eu chamo de “operação banda larga”. Um setor estratégico que está em disputa, com números assustadores, e uma luta sobre quem vai abocanhar isso – explicou Cavalcanti, para quem o uso desse espectro de transmissão de dados é importante para a infra-

estrutura de saúde, de educação, de governo e para a própria definição do futuro do país.

A audiência foi uma sugestão dos senadores Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), presidente da CCT. Além de Jarbas Valente, participaram do debate representantes de empresas do setor e dirigentes das associações brasileiras de TV por assinatura (Alexandre Annenberg), das operadoras de sistemas MMDS (Carlos André de Albuquerque) e das operadoras de celular (Luiz de Melo Júnior).

As empresas de TV por assinatura argumentam que não transmitem apenas voz, mas também imagens e dados, podendo ainda operar com telefonia, o que não ocorre de forma satisfatória porque a Anatel tem atrasado a definição para o setor.

Já as de telefonia celular afirmam que o espectro que será licitado é suficiente para todos e que atende a 177 milhões de assinantes, enquanto as TVs por assinatura têm 7,7 milhões. Apontam ainda que as frequências de que dispõem estão perto da saturação.

Para especialistas, problema da educação não é falta de verbas

A falta de dinheiro não é o principal problema da educação brasileira, asseguraram as convidadas da audiência pública realizada ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A secretária de Educação do Ceará, Maria Izolda Coelho, considerou justa a reivindicação de se ampliar o financiamento do setor, mas disse que, com as verbas disponíveis, é possível fazer mais e melhor. A presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Yvelise Freitas Arco-Verde, concordou: bem aplicados, os recursos podem produzir melhores resultados.

Izolda expôs na CE, presidida pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), a experiência desenvolvida em seu estado para enfrentar o que considerou o principal problema da educação: a alfabetização insuficiente nas séries

iniciais, que barra o progresso do aluno nas etapas seguintes.

Yvelise Arco-Verde disse que as soluções devem basear-se em quatro pilares: gestão do sistema, com articulação entre as redes municipais, estaduais e federal; valorização dos profissionais da educação, com melhores salários e formação continuada; infraestrutura; e práticas pedagógicas.



Maria Izolda, secretária de Educação do Ceará: é possível fazer muito mais



Almeida Lima (E), José Nery, Edivaldo Velini, da Fepaf, e Salette Carollo, da Cepatec

Deponentes negam repasses de recursos públicos para o MST

Durante reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (CPI do MST), os dois depoentes de ontem negaram que suas entidades tenham cometido qualquer tipo de irregularidade no uso de recursos públicos recebidos por meio de convênios. O representante da Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (Fepaf), Edivaldo Domingues Velini, e a representante do Centro de Formação e Pesquisa Contestado (Cepatec), Salette

Carollo, garantiram que ambas as instituições nunca repassaram recursos públicos para o MST nem para outras entidades ligadas ao movimento.

– A Cepatec é responsável e séria, trabalhamos dentro da legalidade com os recursos públicos que recebemos para financiar nossos projetos. Somos rigorosos quando executamos os convênios – afirmou Salette.

Edivaldo disse que soube pelos jornais que quatro pessoas contratadas pela Fepaf tinham ligações com o MST.

Neuto de Conto (PMDB-SC) ressaltou ontem os bons resultados alcançados por Santa Catarina mencionados pelo ex-governador do estado Luiz Henrique da Silveira (PMDB), ao entregar o cargo ao vice-governador Leonel Pavan (PSDB), em solenidade realizada no último dia 25. Luiz Henrique é candidato ao Senado.

O senador leu discurso feito pelo ex-governador na entrega do cargo e afirmou que Luiz Henrique sai do governo deixando “um legado extraordinário de crescimento de qualidade de vida para o estado”.

– Esses resultados mostram a capacidade da sociedade de crescer e se desenvolver. Temos que aplaudir e cumprimentar o governador Luiz Henrique da Silveira e toda Santa Catarina pelo sucesso dessa administração – disse.

José Nery (PSOL-PA) lembrou em discurso ontem os 23 anos do assassinato do líder sindical da região do Baixo Tocantins, Virgílio Serrão Sacramento. José Nery informou que, no último domingo, a memória do líder sindical foi reverenciada por movimentos sociais, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Pará e por familiares e amigos que atuavam ao lado de Sacramento em defesa da reforma agrária no município de Moju. O senador lembrou que o líder sindical atuou especialmente na organização e na educação popular junto às comunidades ribeirinhas, pescadores, metalúrgicos e trabalhadores da construção civil do complexo industrial de Barcarena e de empreendimentos agroindustriais de Acará, Tailândia e Breu Branco.

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) pediu na terça-feira o apoio do Plenário a projeto de lei que apresentou para regulamentar o tratamento cirúrgico da obesidade por um procedimento que, conforme disse, é reversível, não provoca mutilações e preserva a integridade do estômago, do intestino delgado e do cólon.

Denominado “derivação intestinal reversível restritiva Lazzarotto e Souza”, esse procedimento permitiria ao paciente “ingerir os mesmos alimentos que comia antes da operação”. Segundo Geovani Borges, o paciente não sofre prejuízos na absorção de proteínas, vitaminas e sais minerais. A sugestão para o projeto partiu da Associação Paranaense de Estudos sobre a Obesidade.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Romeu Tuma • Raimundo Colombo • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Cíntia Sasse, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sílvia Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sílvia Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Projeto aprovado pela CCJ exige ordem bancária ou cheque emitido em nome do fornecedor de material ou do prestador de serviço pagos com recursos federais

Regras mais rígidas para pagar serviços públicos

O GESTOR PÚBLICO poderá ser obrigado a seguir regras mais rígidas ao realizar o pagamento de serviços contratados com recursos federais. A determinação consta de proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), exigindo que seja feita ordem bancária ou cheque emitido em nome do fornecedor de material ou do prestador de serviço para pagamento das despesas.

O cheque deverá ainda ser contabilizado pelo órgão competente, sendo obrigatórias as assinaturas do ordenador da despesa e do encarregado do setor financeiro.

Segundo o autor do projeto (PLS 479/07-Complementar), senador Pedro Simon (PMDB-RS), a sugestão partiu de um eleitor, preocupado com uma prática usual na contratação de serviços pelos municípios e pagos com verbas federais. Nessas operações, segundo informou o autor, é comum a emissão de cheques nominais em favor do prefeito ou da prefeitura, que saca o dinheiro no banco e faz os pagamentos à vista aos fornecedores e prestadores de



Autor do projeto, Simon ressalta que sugestão partiu de eleitor

serviço, impedindo, assim, o rastreamento desses valores.

No relatório favorável à matéria, Tasso Jereissati (PSDB-CE) observa que o projeto também procura determinar punição mais dura para o administrador que descumprir as normas.

A CCJ ainda aprovou a realização de audiência pública para discutir o Decreto 7.037/09, que dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos.

Goellner aponta impacto sobre o Minha Casa, Minha Vida

O programa Minha Casa, Minha Vida já produziu um efeito colateral negativo, afirmou na terça-feira Gilberto Goellner (DEM-MT): o preço dos imóveis disparou no Distrito Federal e nas cidades do Entorno.

– A medida tomada seria desnecessária se, ao invés de criar novos programas e fórmulas inovadoras, o governo se concentrasse em garantir que o FGTS funcionasse para atender uma das razões iniciais para a qual foi criado: permi-



Gilberto Goellner propõe estímulo a empresários

tir efetivamente que o trabalhador pudesse comprar, com seu saldo, a tão sonhada casa própria – disse.

O senador pediu apoio para projeto (PLS 77/08) de sua autoria que prevê a concessão de incentivo fiscal ao empregador para construção da casa própria para seu

empregado.

Goellner observou que até o momento nenhum incentivo foi concedido a empresários interessados na redução do déficit de moradias.

Roberto Cavalcanti reclama da falta de estrutura em aeroportos

A deterioração da infraestrutura aeroportuária e a ausência de investimentos para modernizá-la foi analisada ontem pelo senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Segundo ele, faltam à Infraero, que detém o monopólio da construção e exploração dos aeroportos brasileiros, recursos e condições técnicas para atender ao crescimento da demanda.

Para o senador, as razões para uma demanda aquecida vão do

aumento da concorrência entre as companhias aéreas à ascensão da classe C. Na avaliação de Cavalcanti, houve uma perda da capacidade de atender os passageiros e, ao mesmo tempo, o crescimento na demanda, que dobra a cada ano.

Roberto Cavalcanti afirmou que um dos principais problemas dos aeroportos, no entender de especialistas da área, são as filas quilométricas em *check-in*.

Simon: Emenda Ibsen põe em discussão reforma tributária

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) acenou ontem em favor de um consenso entre os interesses de estados produtores e não produtores de petróleo, na discussão sobre a partilha dos *royalties*. Para ele, a chamada Emenda Ibsen ao PLS 16/10, apesar de provocar protestos dos estados produtores, que perderiam receita, tem o mérito de colocar em discussão uma reforma tributária.

Simon lembrou também que, na votação da Lei Kandir (Lei Complementar 87/96), o Rio Grande do Sul foi vítima de perda de receita tão grande

quanto a que agora poderia acontecer com o Rio de Janeiro e com o Espírito Santo.

O senador protestou contra a inclusão, no texto que veio da Câmara, de emenda que concederia privilégio tributário às empresas exploradoras de petróleo. Pelo texto, se assegurado o volume de produção, as petroleiras receberiam de volta, da União, os *royalties* que tivessem pago pela exploração de petróleo.

– Isso significa R\$ 15 bilhões. Para que essa restituição? De onde saiu essa emenda do relator?

Projetos serão aperfeiçoados, afirma Casagrande

Os senadores precisam aprofundar o debate sobre o projeto da partilha dos *royalties* (PLC 16/10), defendeu Renato Casagrande (PSB-ES) na terça-feira.

– Queremos que o petróleo seja um instrumento de desenvolvimento de todo o Brasil, mas queremos que aquilo que foi licitado até agora possa manter as mesmas regras do momento da licitação – afirmou.

Casagrande voltou ainda a assinalar que os estados e os municípios produtores de petróleo não podem ser prejudicados pela nova legislação.



Casagrande (E), Crivella e Dornelles, senadores de estados produtores de petróleo, acompanham debates em Plenário

Trabalhadores debatem criação do Fundo Social

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve realizar na terça-feira que vem uma audiência pública com representantes dos trabalhadores para discutir o Fundo Social, que poderá ser criado com os recursos do petróleo a ser explorado na camada pré-sal (PLC 7/10).

Esse debate, solicitado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), ocorre antes da audiência sobre o mesmo tema a ser realizada de forma conjunta por sete comissões do Senado – incluindo a própria CAS.

– Quero ouvir, antes da audiência conjunta, a opinião de movimentos sociais – justificou Paim, relator na CAS do projeto do Fundo Social.

Ele afirmou que solicitou a audiência para “discutir o fundo a partir da ótica dos trabalha-

dores”. O senador ressaltou que serão convidados para o debate representantes de centrais sindicais, confederações de trabalhadores e entidades de aposentados, entre outros.

Já aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto está sendo analisado simultaneamente em sete comissões do Senado: CCJ, CAS, CE, CCT, CI, CAE e CMA.

Novos convidados

A CCJ aprovou cinco requerimentos relativos a audiência pública para discutir o projeto PLC 16/10, que trata do regime de partilha de produção em áreas estratégicas e de pré-sal e da distribuição dos *royalties*.

Três desses requerimentos foram apresentados pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que pediu a participação do

governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; do presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), João Carlos França de Luca; do deputado federal e engenheiro Luiz Paulo Vellozo Lucas; do médico e professor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (SP) Eleuses Vieira de Paiva; do ex-prefeito do Rio de Janeiro Cesar Maia; e do ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) David Zylbersztajn.

A pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), um representante da Petrobras participará do debate, enquanto por sugestão de Valter Pereira (PMDB-MS) o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski será convidado.

Solução sobre *royalties* será política e equilibrada, diz Renan

Relator do PLC 16/10, que institui o sistema de partilha do petróleo entre governo e empresas na exploração das áreas do pré-sal, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou ontem que a distribuição dos *royalties* não pode levar a um

“estremecimento do pacto federativo”, com os estados participando de um “conflito evitável”. Para ele, a parte dos *royalties* é “uma questão tópi-



Para Renan, saída virá com um “debate amplo”

ca, contornável” e que “será resolvida politicamente e será equilibrada e justa”.

– A solução virá da negociação. Os *royalties* exigem um debate amplo, metódico e exaustivo com governadores, senadores, deputados, governo federal e, sobretudo, a sociedade. É preciso retirar a pressão sobre os *royalties* – sinalizou Renan Calheiros, lembrando que o projeto original do governo nem abordava a questão.

Oposição define condições para votar os projetos

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou que, juntamente com o líder do DEM, José Agripino (RN), enviou ao líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), as reivindicações da oposição para a votação dos quatro projetos do pré-sal.

A primeira delas é a retirada da urgência constitucional, necessária, segundo Virgílio, para que os senadores possam deliberar “com pressa, mas sem o garrote” da exigência da votação em 45 dias. Para o parlamentar, será necessária a realização de várias audiências públicas para discutir os diversos assuntos, antes de votá-los.

Participantes de seminário promovido pela Comissão de Relações Exteriores ressaltam necessidade de se retomar debate sobre desarmamento nuclear do mundo



Deputado Raul Jungmann (E), Inácio Arruda, Eduardo Azeredo e Socorro Gomes, presidente do Conselho Mundial da Paz

Azeredo: apoio ao Irã afeta a credibilidade do Brasil

O BRASIL TEM uma postura histórica em defesa da paz e contra a proliferação de armas nucleares, disse ontem o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Mas a atual condução da política externa, especialmente no que se refere ao apoio ao Irã, poderá provocar dúvidas na comunidade internacional, segundo alertou o senador na abertura de seminário sobre a revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

– Não posso deixar de manifestar a minha preocupação quanto a alguns equívocos

que vêm sendo cometidos pelo atual governo, que podem, sim, provocar suspeição sobre nossas atitudes. Refiro-me ao apoio que tem sido emprestado ao programa nuclear iraniano e também às vistas grossas que o atual governo faz às ditaduras de Cuba e da Coreia do Norte.

Promovido a partir de sugestão do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), o seminário ocorre um mês antes da realização da 8ª Conferência das Partes de Revisão do TNP, agendado para maio, em Nova York. Os participantes do primeiro painel ressaltaram a necessidade de se retomar o debate sobre o desarmamento nuclear do mundo.

O professor Frederico Carvalho, membro do Conselho Português para a Paz e a Cooperação, afirmou que ainda são atuais as recomendações adotadas há 60 anos pelo Conselho Mundial da Paz. A ativista norte-americana Jackie Cabasso lembrou que a Guerra Fria acabou há mais de 20 anos e que as armas nucleares continuam em seus lugares.

O embaixador Sérgio de Queiroz Duarte disse ser importante prosseguir na busca de entendimento, enquanto o professor Nielsen de Paula Pires, da UnB, sugeriu que se discuta não somente a ameaça de guerra, mas também a promoção da paz.

Tecnologia nuclear e o futuro da Humanidade

A tecnologia nuclear pode ter contribuição fundamental no que se refere a dois dos principais desafios futuros da Humanidade – a falta de alimentos e a questão climática. A avaliação é do secretário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (Abacc), Odilon Antônio Marcuzzo do Canto.

Marcuzzo afirmou que a não proliferação, o desarmamento e

o uso pacífico da energia nuclear são os três pilares do tratado de não proliferação de armas nucleares, hoje ratificado por 189 países e cuja conferência de revisão está prevista para maio deste ano.

– Evidentemente, esses três pilares estão intimamente relacionados e precisam e devem progredir juntos – disse.

Infelizmente, continuou, o esforço das nações nuclearmente armadas na direção de ações

concretas que visem à diminuição e, finalmente, à eliminação completa de seus arsenais não tem “nem de perto” acompanhado o empenho que os mesmos países têm demonstrado nas tentativas de convencer os não nuclearmente armados dos perigos da proliferação.

– Os analistas da área nuclear concordam que as posturas dos Estados Unidos e da Rússia ditarão o êxito ou o fracasso do tratado.

Comissão vai ao Haiti avaliar situação de órfãos

O senador Magno Malta (PR-ES) propôs ontem a formação de uma comissão de senadores e deputados para visitar o Haiti, para avaliar os problemas enfrentados pelo país após o terremoto de janeiro passado. Segundo ele, a visita poderia abrir caminho para o Brasil ajudar mais a população haitiana, especialmente crianças que ficaram órfãs.

A sugestão foi aceita pelos participantes de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir medidas para facilitar a adoção, por famílias brasileiras, de crianças órfãs haitianas.

O embaixador do Haiti no Brasil, Idalbert Pierre-Jean, entende que a adoção em massa “deve ser evitada” e que o melhor caminho seria a permanência



Embaixador Idalbert Pierre-Jean (D) é contrário à adoção em massa dos órfãos

dos menores no país, com os familiares.

Para o embaixador, retirar uma criança já traumatizada de seu meio social poderia causar novos problemas, incluindo dificuldades de adaptação ao novo

país, mas defendeu a chamada adoção a distância.

Participaram do debate as senadoras Patrícia Saboya (PDT-CE) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) e o presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Marconi diz que Senado pode agilizar acordos com a Libéria

Em nome do presidente do Senado, José Sarney, o vice-presidente, Marconi Perillo (PSDB-GO), recebeu ontem a presidente da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf. Ela se encontra no Brasil a convite do presidente Lula, em visita destinada a estreitar os laços de amizade e de comércio entre os dois países.

Marconi informou à presidente liberiana que o Senado está disposto a agilizar a aprovação de todos os protocolos e atos que foram assinados entre Brasil e Libéria.

O senador anunciou também uma nova visita de senadores a países africanos, na qual a Libéria deverá ser incluída. Em 2008, um grupo de senadores visitou os parlamentos de sete países da África.

Ellen Johnson-Sirleaf manifestou também interesse no fortalecimento das relações comerciais com o Brasil e agradeceu ao governo brasileiro pelo trabalho desenvolvido em favor de seu país, no âmbito das Nações Unidas e das relações entre Libéria e Brasil.



Presidente Ellen Johnson-Sirleaf e senadores Marconi Perillo e Serys Silhessarenko

Senadores pedem regras claras para revalidação de diplomas

A definição de regras claras para a revalidação de diplomas de pós-graduação obtidos nos demais países do Mercosul foi a principal reivindicação apresentada ontem a representantes do governo por integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. Eles participaram de audiência pública destinada a debater a situação de estudantes brasileiros que têm encontrado dificuldades para o reconhecimento de certificados.

No início da reunião, o presidente da representação, deputado José Paulo Tóffano (PV-SP), concedeu ao senador Mesquita Júnior (PMDB-AC)

vista do parecer favorável ao acordo firmado com o Paraguai sobre o pagamento pelo uso da energia da usina hidrelétrica binacional de Itaipu. O parecer foi elaborado pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou que o Brasil aceitou pagar a mais pela energia de Itaipu à qual o Paraguai tem direito, mas não utiliza. Em sua opinião, também deveria haver uma decisão política a favor de maior integração do Mercosul na área educacional. Serys Silhessarenko (PT-MT) e Jayme Campos (DEM-MT) também defenderam os estudantes.

Jucá anuncia possível liberação de brasileiros presos na Venezuela

Uma audiência ontem entre representantes do governo brasileiro e da Justiça venezuelana deve resultar na liberação de seis brasileiros que foram detidos por contrabando naquele país, informou o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

– Quem não pagou imposto ou estava fazendo algum tipo de desvio deve ser penalizado, mas os motoristas são prestadores de serviço brasileiros e não mereciam

estar presos – disse.

Jucá sugeriu que representantes do Ministério das Relações Exteriores se reúnam com o governo venezuelano para garantir que sejam criadas regras claras para o comércio na fronteira entre os dois países, de forma que o problema não se repita.

Oito motoristas brasileiros foram presos no fim de março na Venezuela. Dois já foram libertados, mas seis estão desde então presos na cidade de San Félix.